



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Vargem

Data de Fundação – 12/12/1991

População: 2.776 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 36,02 (em milhões)
(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	22
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	22
5.2.2. FUNDEB.....	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO CONTROLE INTERNO.....	31
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	31
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	33
9. RESTRIÇÕES APURADAS	37
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	38
CONCLUSÃO	39
ANEXO	41
APÊNDICE.....	42

PROCESSO	PCP 12/00101003
UNIDADE	Município de Vargem
RESPONSÁVEL	Sr. Nelson Gasperin Junior - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	2014/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Vargem, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Vargem, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 18/09/2012.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de



forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Uma variedade de raças formou o povoado de Vargem. A região, habitada na Pré-História por aborígenes, teve como primeiros moradores os índios kaingang e guaranis. Depois chegaram imigrantes de diversas ascendências, como italianos, portugueses, alemães e poloneses. As terras foram compradas a preços baixos por fazendeiros, na maioria oriundos de São Paulo e do Paraná, que acabaram expulsando os índios. O nome Vargem vem da grande várzea localizada a poucos quilômetros da sede municipal. Em 1962 a população fez a primeira tentativa de emancipar-se de Campos Novos, mas sem sucesso. Em 1987, o movimento pela emancipação política foi retomado e teve sucesso. O plebiscito pelo “sim” aconteceu em 1991.

O Município de Vargem tem uma população estimada em 2.776² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 36.022.162,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 11.302,84, considerando uma população estimada em 2009 de 3.187 habitantes.

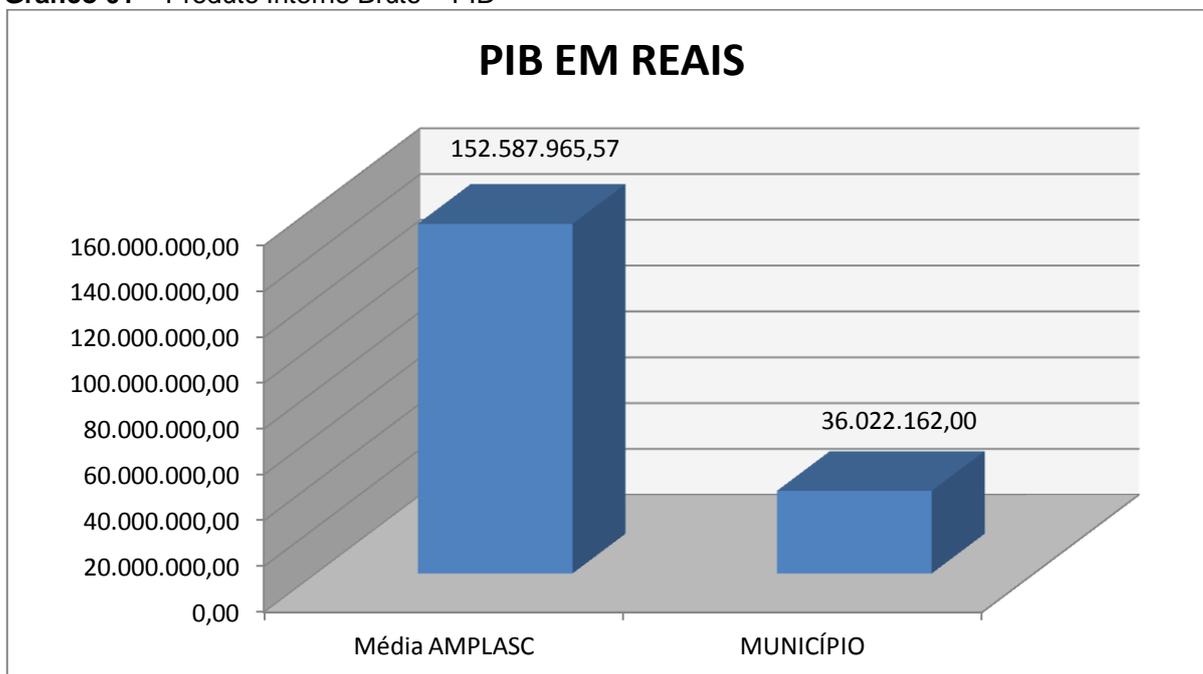
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

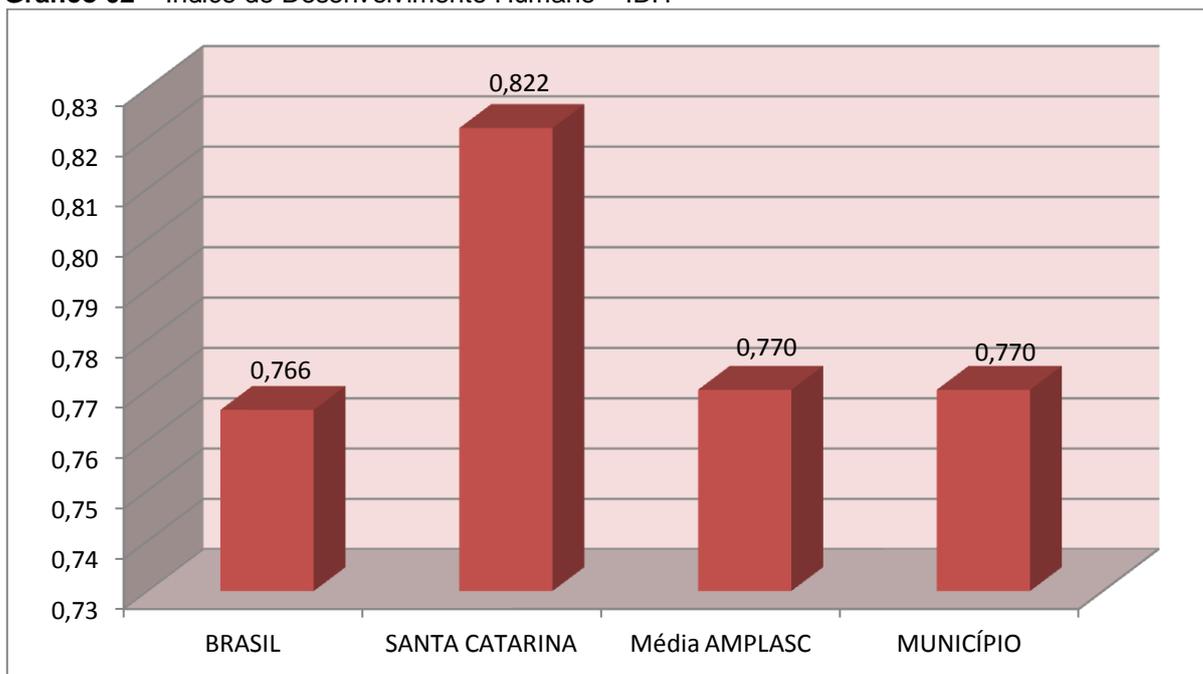
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Vargem encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	7.500.000,00
PPA	539/2009	23/07/2009	DESPESA FIXADA	7.500.000,00
LDO	576/2010	28/09/2010		
LOA	581/10	28/09/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 87.008,67**, correspondendo a **1,04%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 87.008,67, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 78.924,01 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 8.084,66.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 267.973,11), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	7.500.000,00	8.336.517,77	111,15
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	9.586.563,72	8.423.526,44	87,87
Déficit de Execução Orçamentária		87.008,67	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

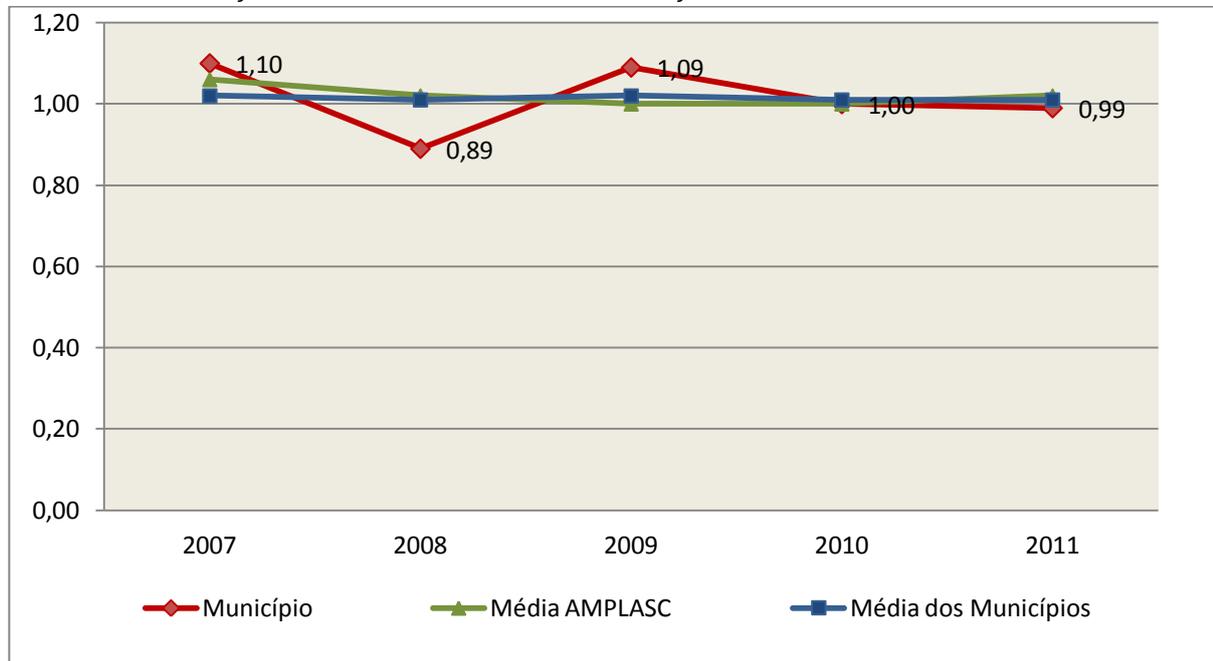
A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Vargem nos últimos 5 anos:

Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Receita realizada	5.833.421,74	7.015.785,66	6.980.048,85	7.859.164,37	8.336.517,77
2 Despesa executada	5.306.161,44	7.887.281,86	6.397.796,09	7.834.130,68	8.423.526,44
QUOCIENTE	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,10	0,89	1,09	1,00	0,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 8.336.517,77**, equivalendo a **111,15%** da receita orçada.

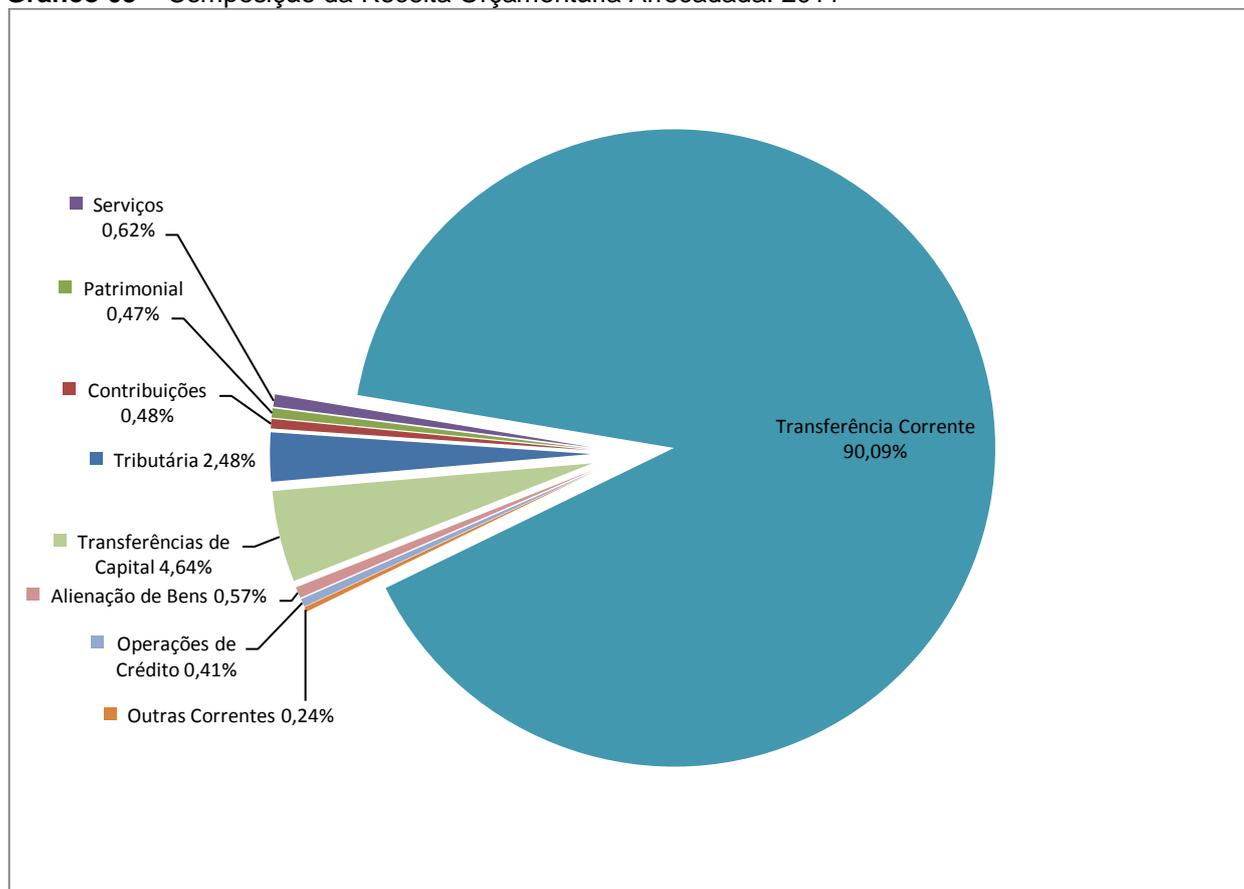
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	161.000,00	206.498,33	128,26
Receita de Contribuições	38.200,00	39.964,28	104,62
Receita Patrimonial	10.300,00	39.562,72	384,10
Receita de Serviços	56.400,00	51.492,99	91,30
Transferências Correntes	6.657.100,00	7.510.615,43	112,82
Outras Receitas Correntes	47.000,00	20.291,16	43,17
RECEITA CORRENTE	6.970.000,00	7.868.424,91	112,89
Operações de Crédito	450.000,00	34.484,67	7,66
Alienação de Bens	80.000,00	47.105,00	58,88
Transferências de Capital	-	386.503,19	-
RECEITA DE CAPITAL	530.000,00	468.092,86	88,32
TOTAL DA RECEITA	7.500.000,00	8.336.517,77	111,15

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

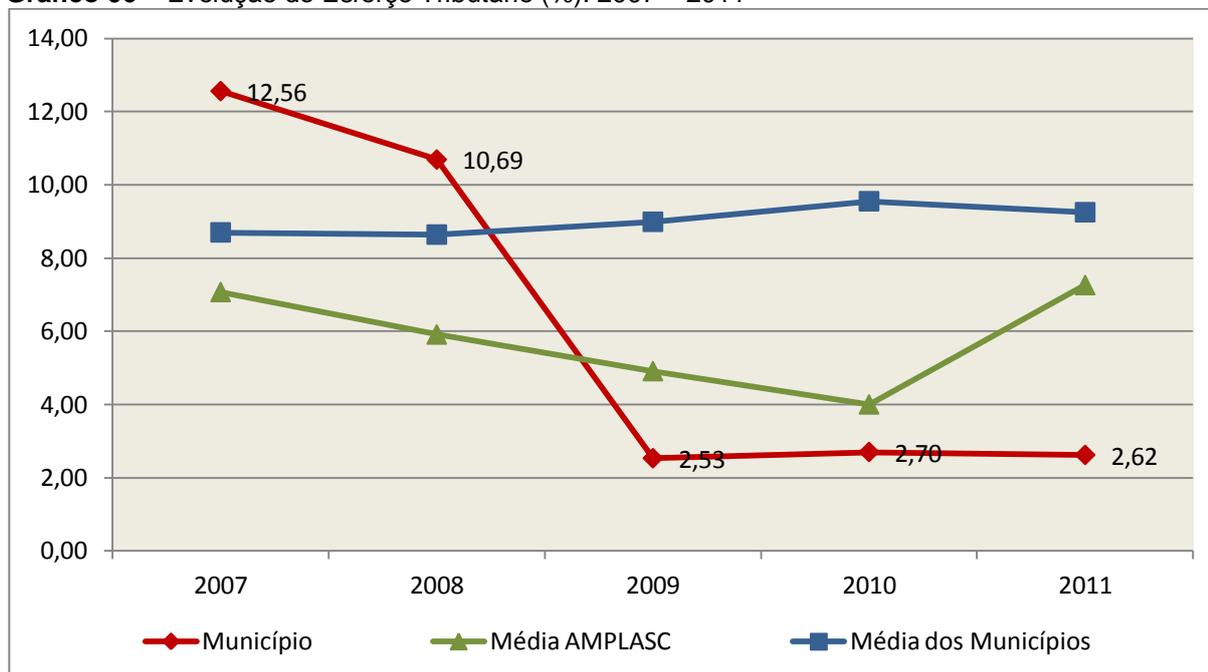


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **90,09%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

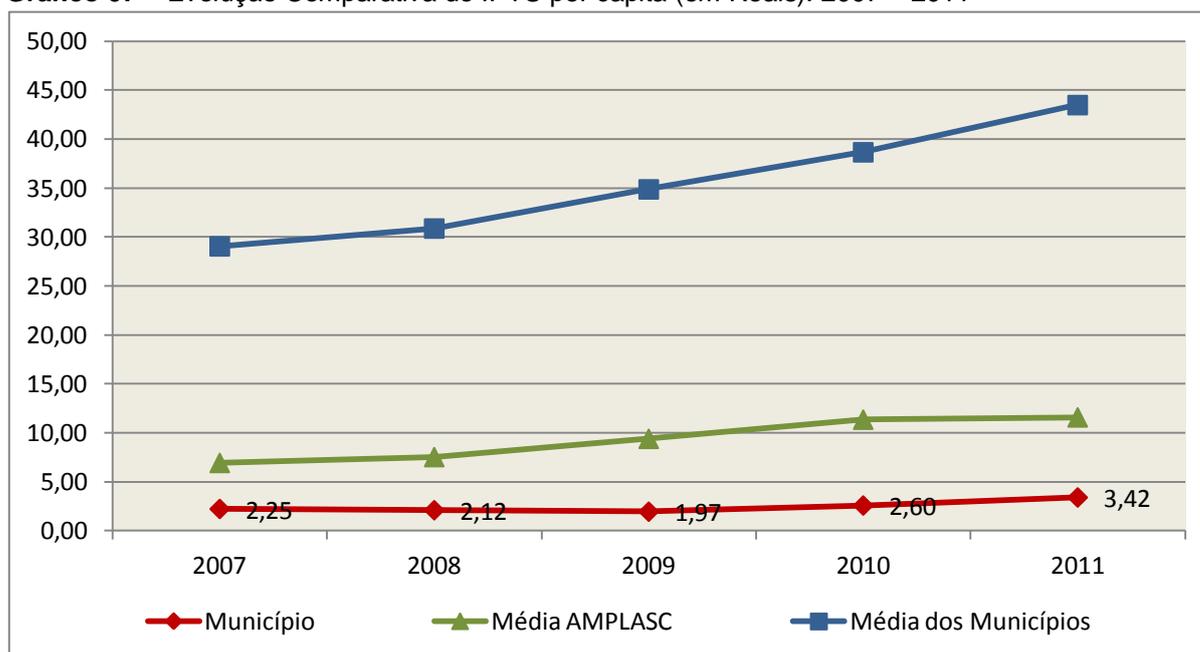


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

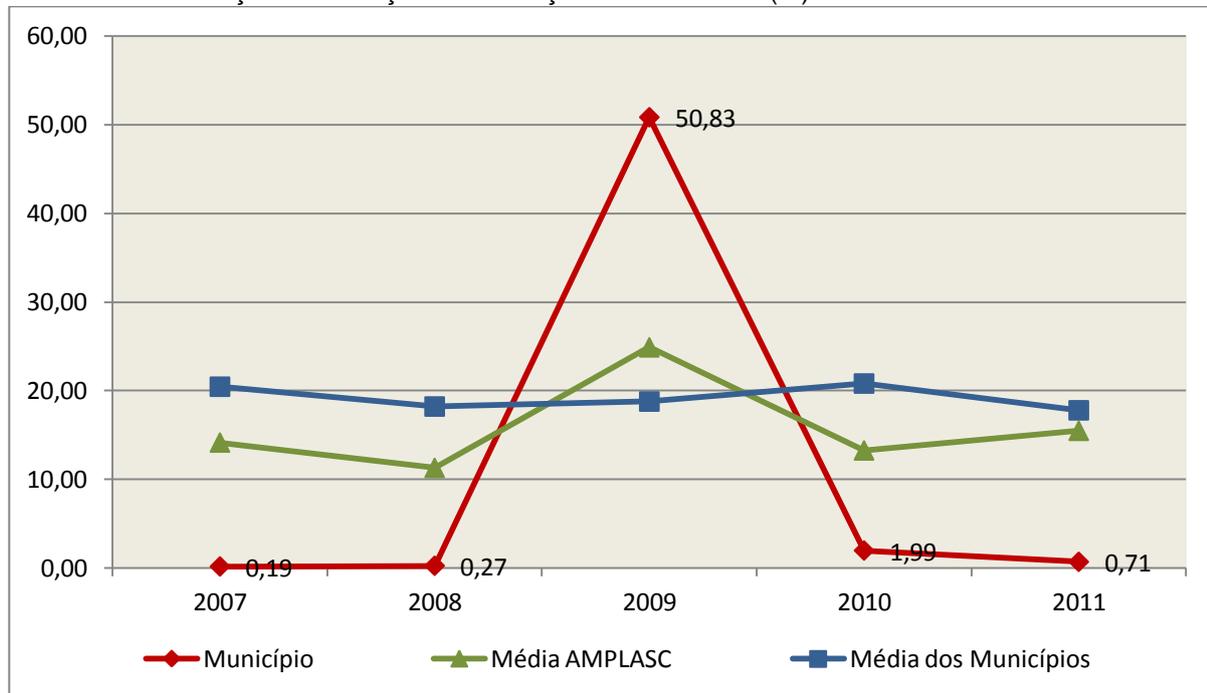
A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
355.155,02	19.991,07	0,00	0,00	2.528,50	0,00	372.617,59

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	446.000,00	445.733,53	99,94
04-Administração	1.616.631,07	1.198.337,89	74,13
06-Segurança Pública	26.691,81	15.798,13	59,19
08-Assistência Social	248.064,22	235.040,44	94,75
10-Saúde	2.041.101,54	1.903.665,28	93,27
12-Educação	2.354.423,13	2.362.682,02	100,35
13-Cultura	30.000,00	30.000,00	100,00
15-Urbanismo	535.726,10	172.829,32	32,26
17-Saneamento	139.715,55	136.363,06	97,60
20-Agricultura	352.743,01	334.628,43	94,86
26-Transporte	1.483.016,77	1.386.877,40	93,52
27-Desporto e Lazer	9.970,10	9.818,10	98,48
28-Encargos Especiais	192.604,47	191.752,84	99,56

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
TOTAL DA DESPESA	9.476.687,77	8.423.526,44	88,89

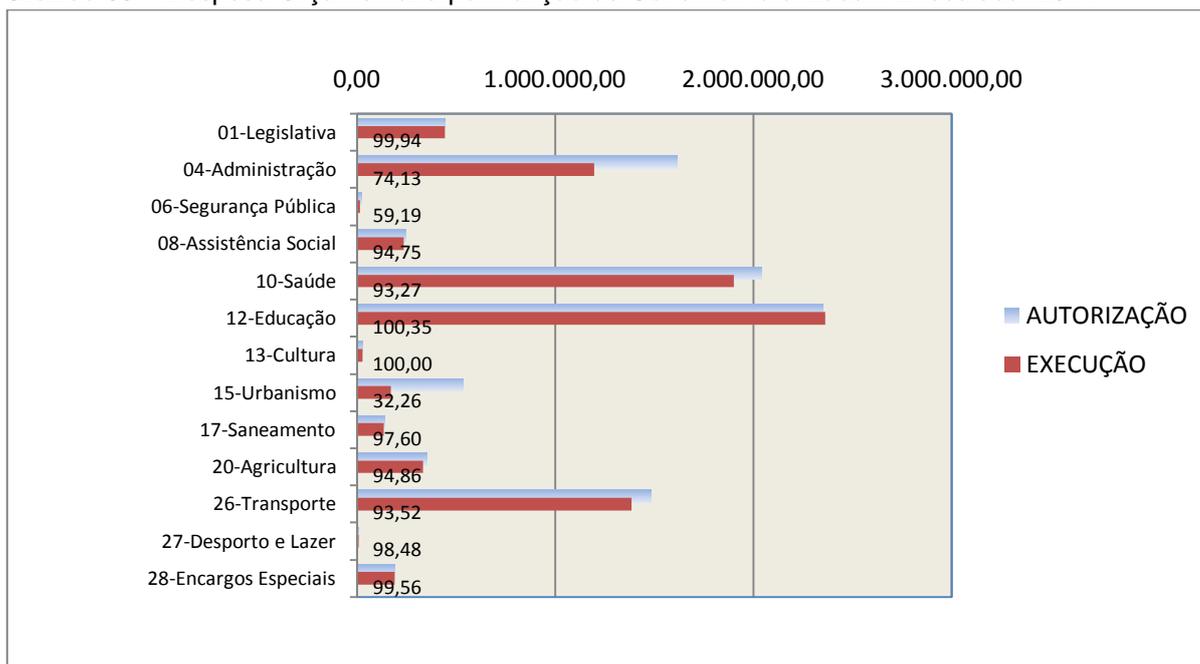
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Sobre a divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	281.261,71	333.576,70	458.719,90	432.663,08	445.733,53
04-Administração	873.156,82	1.083.331,85	1.126.760,58	1.138.615,59	1.198.337,89



DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
06-Segurança Pública	9.519,18	10.324,27	8.755,57	15.764,81	15.798,13
08-Assistência Social	94.033,03	98.120,99	124.779,90	171.353,63	235.040,44
10-Saúde	1.267.224,52	1.920.266,68	1.471.934,50	1.656.736,04	1.903.665,28
12-Educação	1.389.746,36	2.044.129,88	1.890.216,71	2.317.776,27	2.362.682,02
13-Cultura	2.000,00	-	994,00	7.700,00	30.000,00
15-Urbanismo	-	-	-	225.021,19	172.829,32
17-Saneamento	121.125,74	116.691,16	118.702,00	124.240,70	136.363,06
20-Agricultura	111.510,00	174.392,53	165.041,85	594.917,57	334.628,43
25-Energia	53.621,72	47.826,96	61.632,35	-	-
26-Transporte	982.078,75	1.924.925,03	826.200,81	978.264,90	1.386.877,40
27-Desporto e Lazer	18.598,93	15.864,33	19.540,40	38.480,00	9.818,10
28-Encargos Especiais	102.284,68	117.831,48	124.517,52	132.596,90	191.752,84
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	5.306.161,44	7.887.281,86	6.397.796,09	7.834.130,68	8.423.526,44

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	9.483,09	0,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	98.071,53	1,30
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	56.335,76	0,75
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	24.976,81	0,33
Cota do ICMS	2.201.851,67	29,16
Cota-Parte do IPVA	79.870,60	1,06
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	43.319,62	0,57
Cota-Parte do FPM	4.992.324,67	66,11
Cota do ITR	29.030,47	0,38
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	12.145,56	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	2.528,50	0,03
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.604,13	0,02
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	7.551.542,41	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	9.297.693,34
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.429.268,43
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.868.424,91

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Vargem (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	338.113,02	524.890,80	Financeiro	70.139,91	343.926,36
Disponível	338.113,02	523.698,69	Depósitos	18.736,43	28.117,77
Bancos Conta Movimento	80.712,54	253.665,03	Consignações	18.736,43	28.117,77
Bancos Conta Vinculada	257.400,48	270.033,66	Restos a Pagar	51.403,48	315.808,59
Realizável	-	1.192,11	Obrigações a Pagar	51.403,48	315.808,59
Créditos a Receber	-	1.192,11	Permanente	354.280,87	226.136,40
Permanente	5.114.512,74	5.792.303,46	Dívida Fundada	-	34.484,67
Dívida Ativa	355.155,02	372.617,59	Débitos Consolidados	354.280,87	191.651,73
Créditos Inscritos em	21.000,00	21.000,00			



ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Dívida Ativa a Curto Prazo			Dívidas Renegociadas	283.563,09	120.933,95
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	334.155,02	351.617,59	Obrigações a Pagar	70.717,78	70.717,78
Imobilizado	4.759.357,72	5.419.685,87			
Bens Móveis e Imóveis	4.759.357,72	5.419.685,87			
Bens Imóveis	1.576.616,84	2.096.813,56			
Bens Móveis	3.182.740,88	3.322.872,31			
ATIVO REAL	5.452.625,76	6.317.194,26	PASSIVO REAL	424.420,78	570.062,76
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.028.204,98	5.747.131,50
			Ativo Real Líquido	5.028.204,98	5.747.131,50
TOTAL	5.452.625,76	6.317.194,26	TOTAL	5.452.625,76	6.317.194,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 180.964,44** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,66** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ - 87.008,67** passando de um Superávit de **R\$ 267.973,11** para um Superávit de **R\$ 180.964,44**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 85.282,86**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	338.113,02	524.890,80	186.777,78
Passivo Financeiro	70.139,91	343.926,36	273.786,45
Saldo Patrimonial Financeiro	267.973,11	180.964,44	-87.008,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

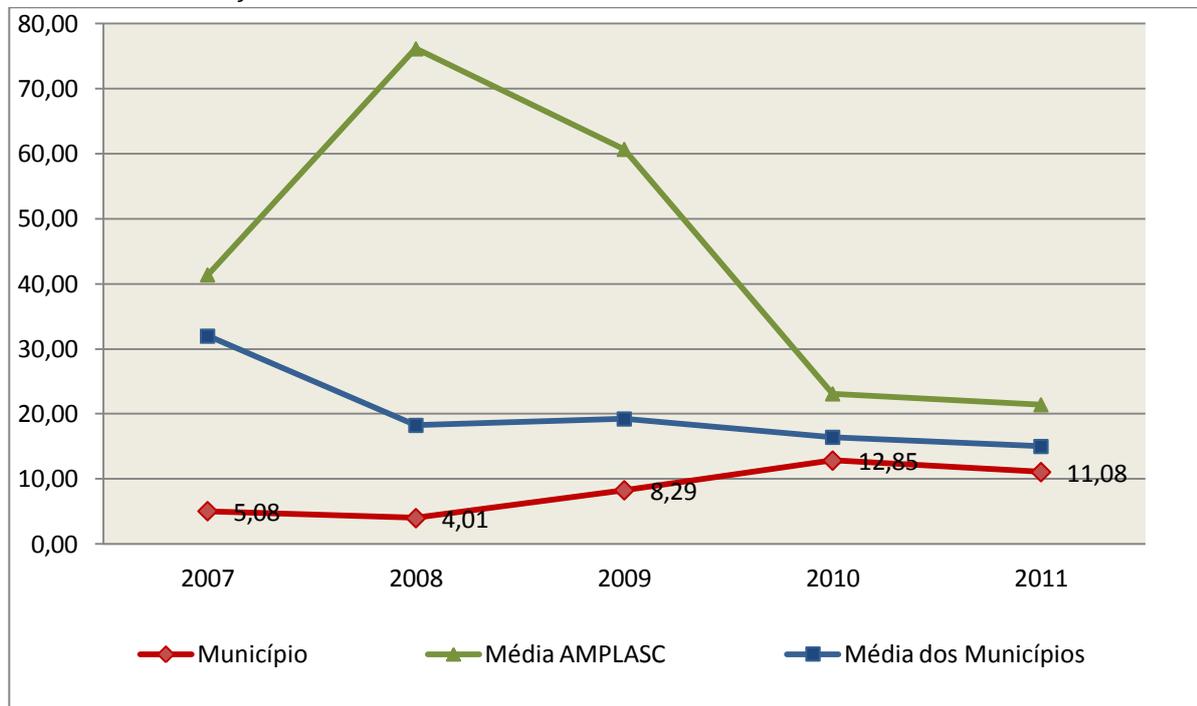
Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	5.306.161,44	7.887.281,86	6.397.796,09	7.834.130,68	8.423.526,44
2 Restos a Pagar	123.083,45	541.612,51	62.460,44	51.403,48	315.808,59
3 Ativo Financeiro Ajustado	656.316,67	203.486,27	306.253,26	338.113,02	524.890,80
4 Passivo Financeiro Ajustado	124.133,81	542.799,61	63.313,84	70.139,91	343.926,36
5 Ativo Real	4.311.951,27	4.667.039,69	4.644.792,18	5.452.625,76	6.317.194,26
6 Passivo Real	849.364,91	1.163.611,81	560.395,38	424.420,78	570.062,76
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	5,08	4,01	8,29	12,85	11,08
Situação Financeira (3÷4)	5,29	0,37	4,84	4,82	1,53
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,32	6,87	0,98	0,66	3,75

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011


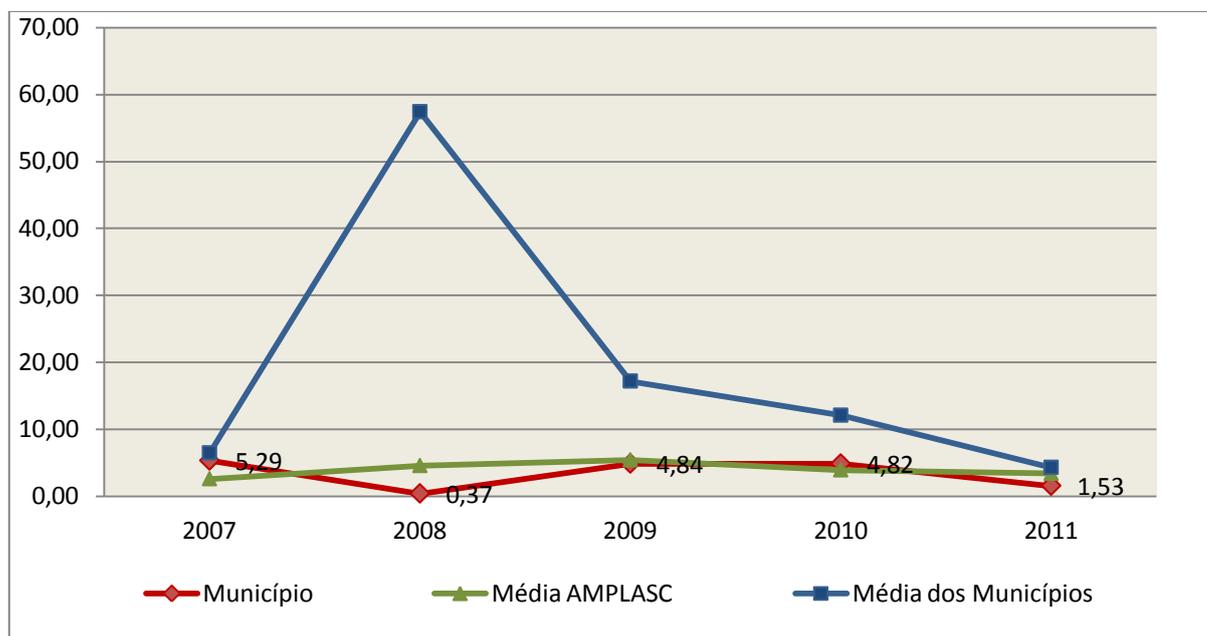
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **11,08** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011



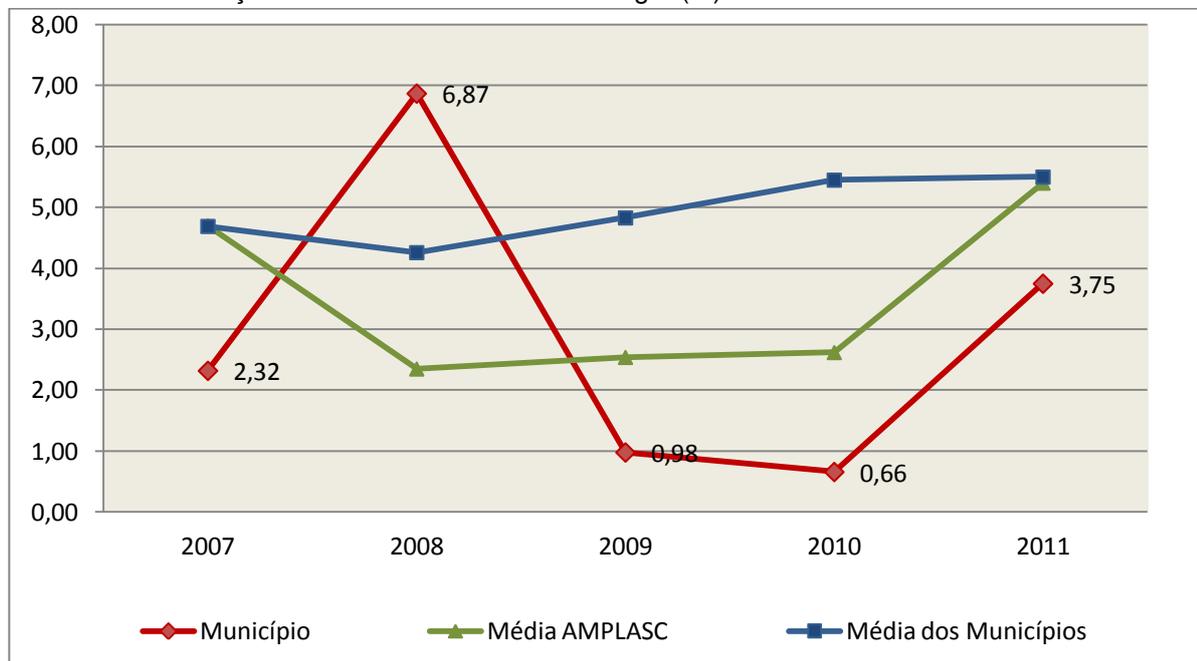
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **1,53** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Vargem é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,75%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.293.938,74** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **17,13%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 161.207,38**, representando **2,13%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o

disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

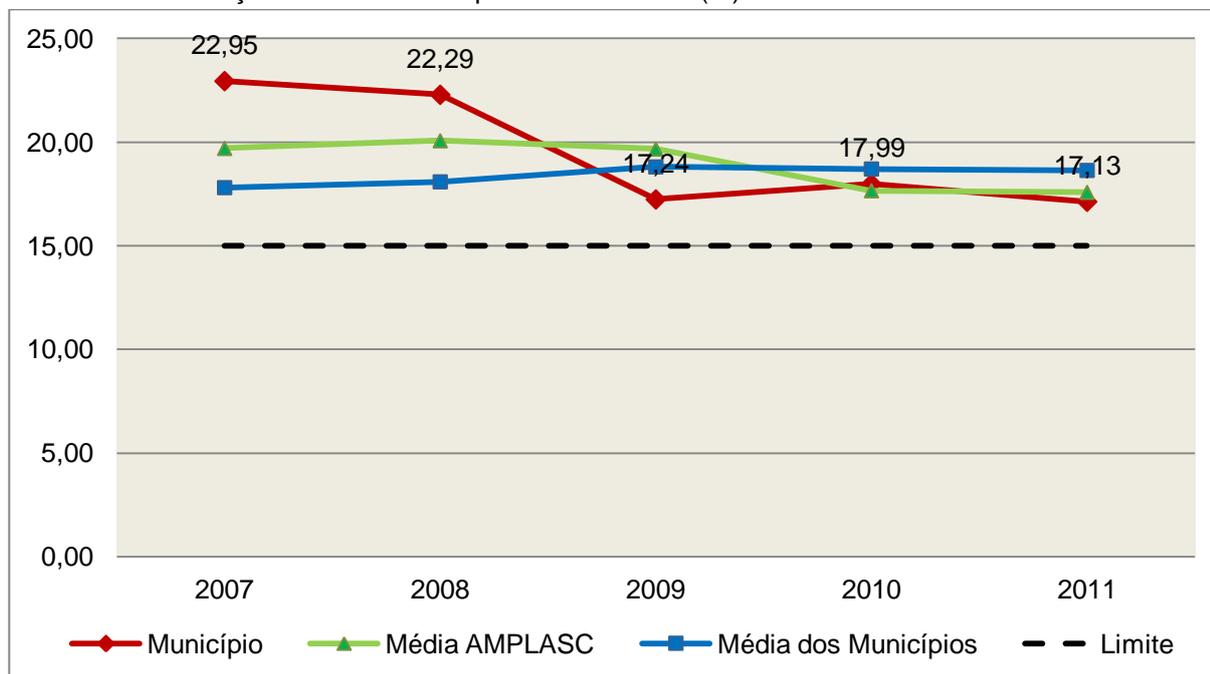
Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	7.551.542,41	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.903.665,28	25,21
Atenção Básica (10.301)	1.900.183,00	25,16
Vigilância Sanitária (10.304)	80,90	-
Vigilância Epidemiológica (10.305)	3.401,38	0,05
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	609.726,54	8,07
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.293.938,74	17,13
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.132.731,36	15,00
Valor Acima do Limite	161.207,38	2,13

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Vargem em 2011 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.522.312,41** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **33,40%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 634.426,81**, representando **8,40%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

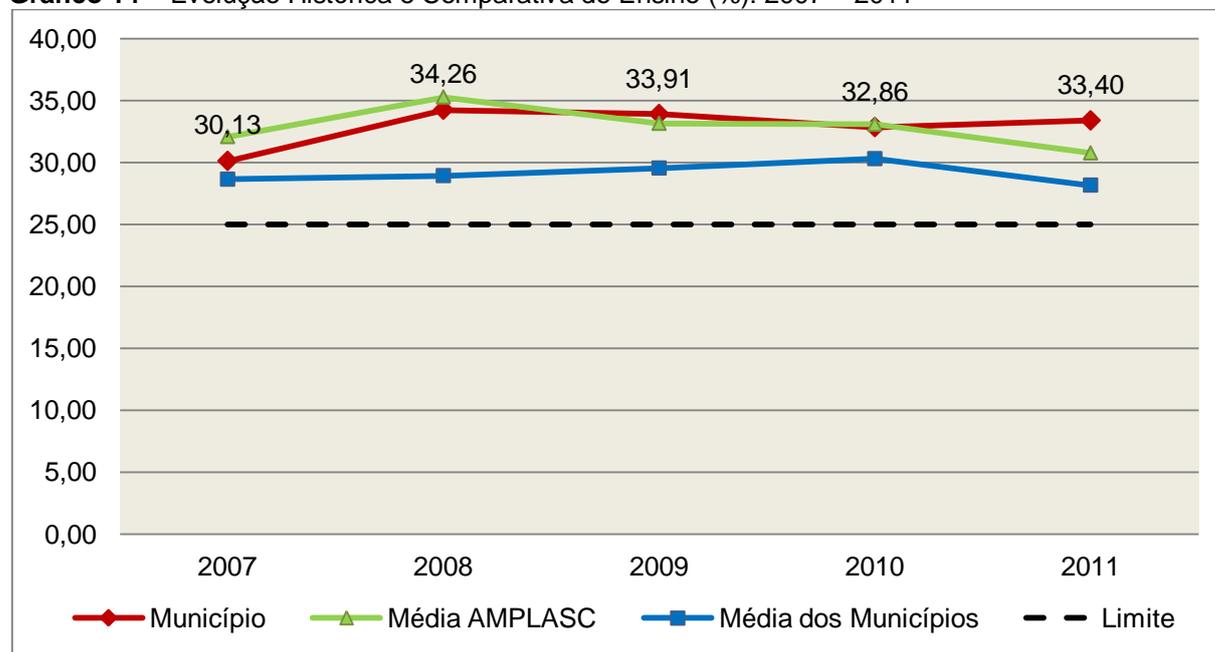
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	7.551.542,41	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	399.284,55	5,29
Educação Infantil (12.365)	399.284,55	5,29
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.887.525,67	25,00
Ensino Fundamental (12.361/12.366)	1.887.525,67	25,00
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	485.550,94	6,43
(+) Perda com FUNDEB	728.073,73	9,64
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.020,60	0,09
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.522.312,41	33,40
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.887.885,60	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	634.426,81	8,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Vargem em 2011 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 561.763,39**, equivalendo a **79,32%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

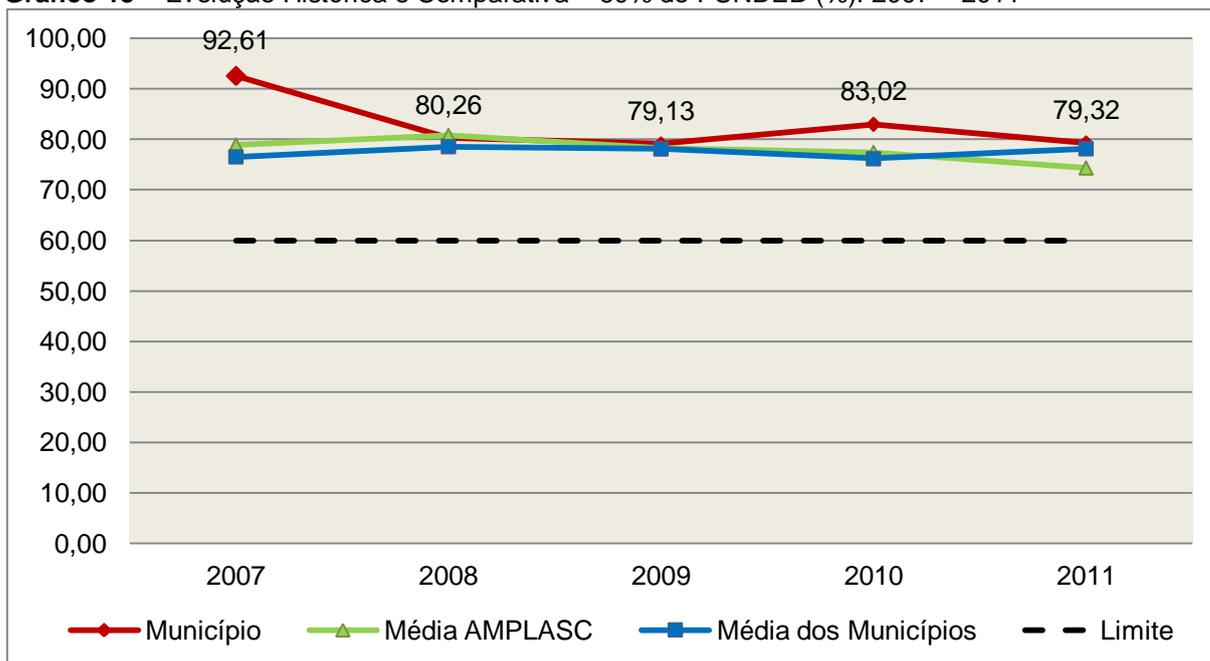
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	701.194,70
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	7.020,60
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	708.215,30
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	424.929,18
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	561.763,39
Valor Acima do Limite	136.834,21

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 697.862,80**, equivalendo a **98,54%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

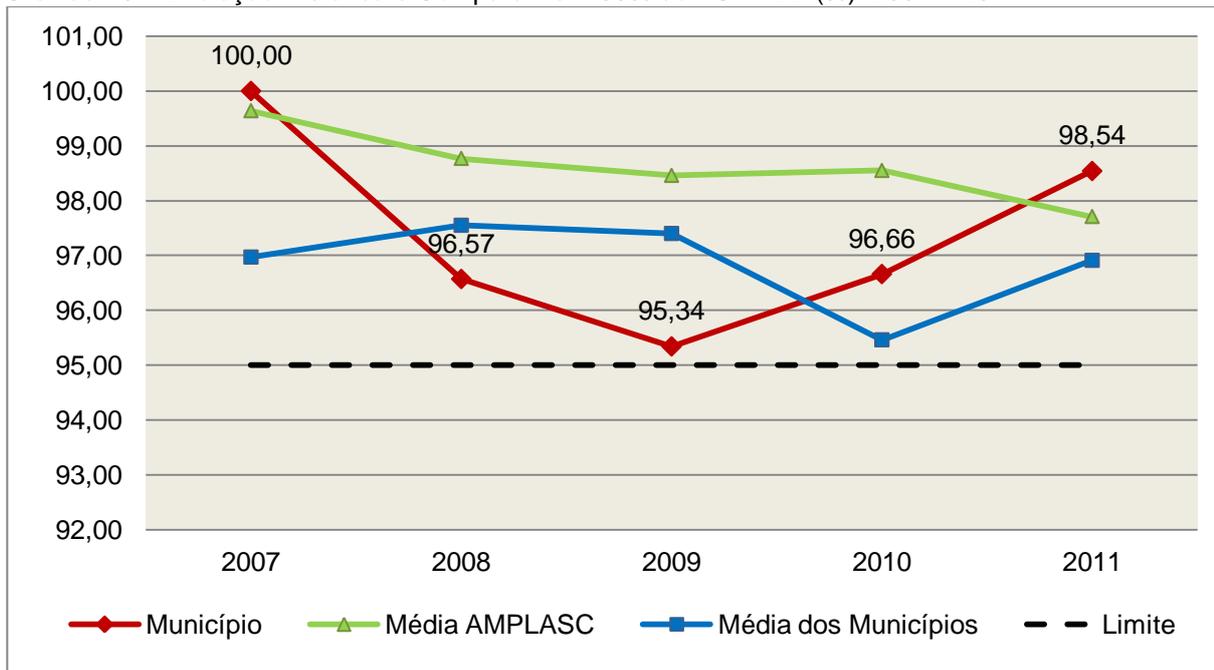
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	708.215,30
95% dos Recursos do FUNDEB	672.804,54
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	697.862,80
Valor Acima do Limite	25.058,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Vargem ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 19.786,95, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	10.352,50
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	10.352,50

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.868.424,91	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.721.054,95	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.297.072,54	41,90
Pessoal e Encargos	3.297.072,54	41,90
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	399.667,15	5,08
Pessoal e Encargos	399.667,15	5,08
Total das deduções das despesas com pessoal*	18.594,14	0,24
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	3.678.145,55	46,75
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.042.909,40	13,25

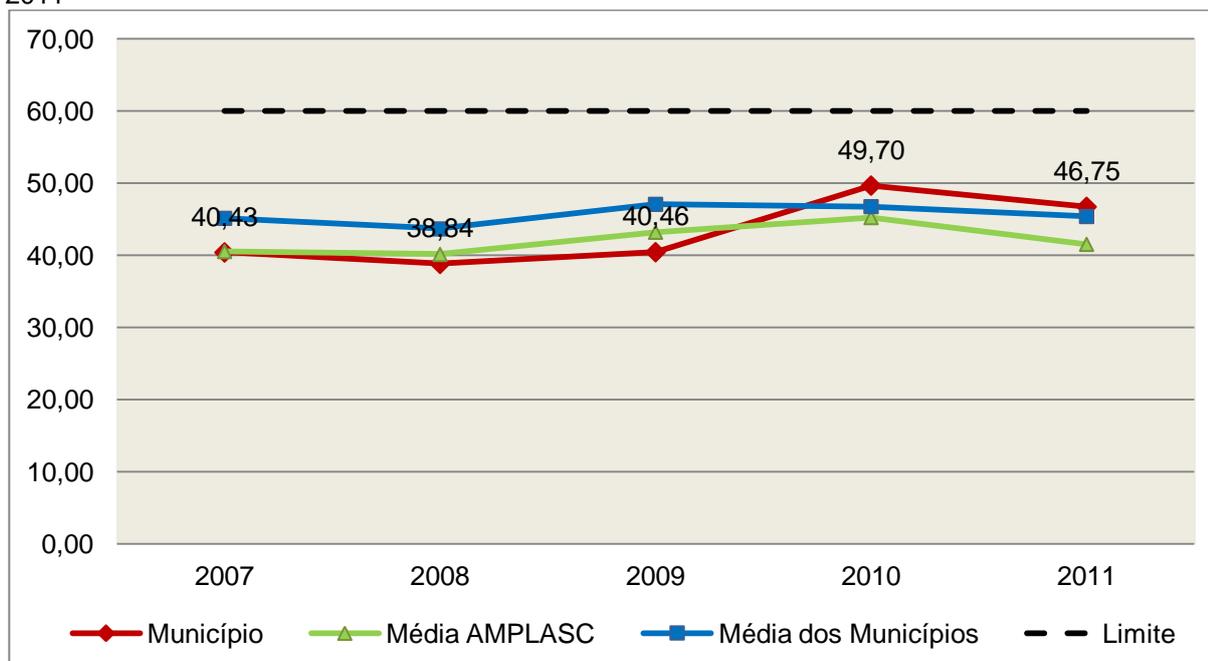
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **46,75%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Vargem, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.868.424,91	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.248.949,45	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.297.072,54	41,90
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	18.594,14	0,24

Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.278.478,40	41,67
Valor Abaixo do Limite (54%)	970.471,05	12,33

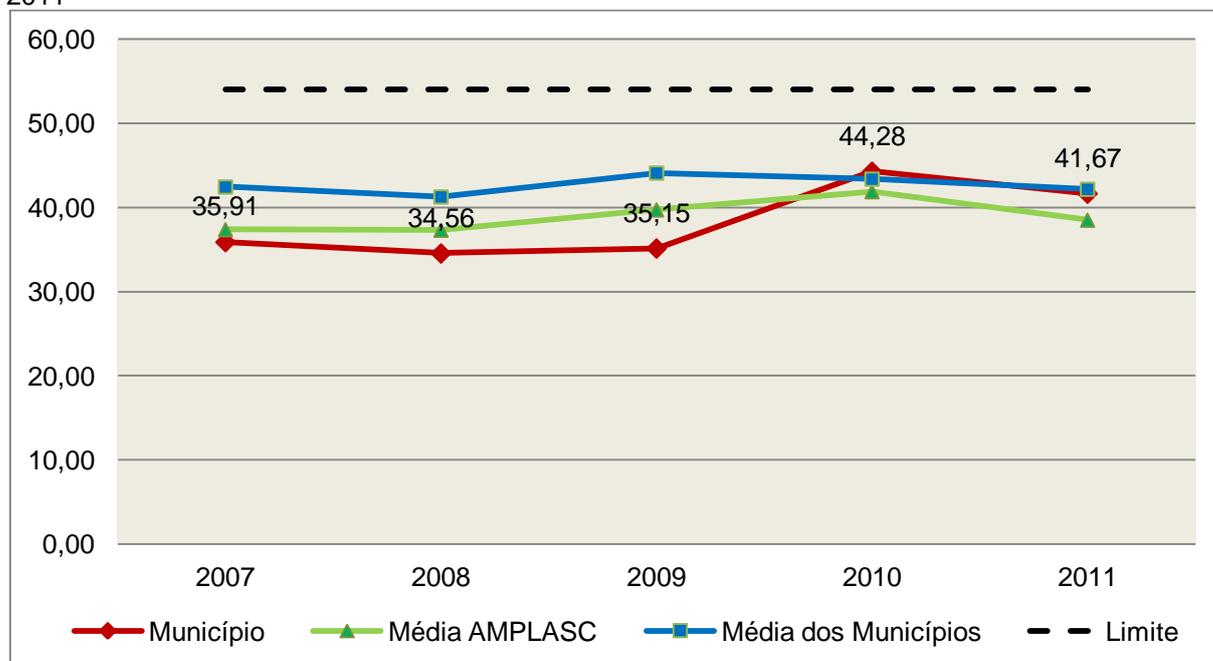
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **41,67%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

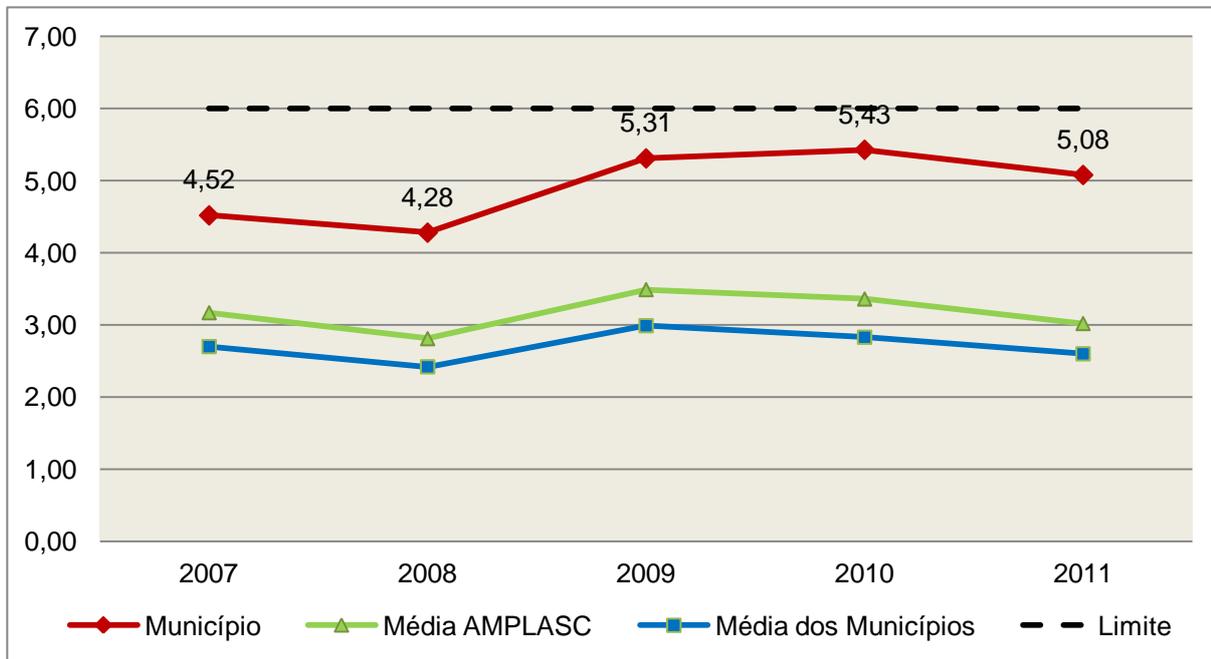
Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.868.424,91	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	472.105,49	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	399.667,15	5,08
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	399.667,15	5,08
Valor Abaixo do Limite (6%)	72.438,34	0,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **5,08%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Vargem, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	298, de 05/09/2001					
RESPONSÁVEL	Mário Alves dos Santos	ATO DE NOMEAÇÃO		220, de 05/01/2010		
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	Diferença em Dias					
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	

Obs.: A ausência no envio dos Relatórios do Controle Interno consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Vargem, constatou-se que o mesmo não possui, nem mesmo como uma Unidade Orçamentária dentro de um Órgão, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não atendendo o previsto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (grifo nosso)

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 155 a 165. dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 158 a 160.;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa de documentação referente à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) contemplando a distribuição de recursos para as ações voltadas à Criança e ao Adolescente, todavia, não houve a remessa do Plano de Aplicação que antecede a LOA e deve ser elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando caracterizada a ausência do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Prefeitura Municipal - Secretaria do Desenvolvimento Social, conforme fls. 155.

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei

Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso

público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Vargem**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Vargem** não possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º bimestres, em descumprimento ao aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004. (Quadro 20)

⁵ População de 3.193 habitantes (IBGE – 2008).

- 9.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 109.875,95**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 9.586.563,72) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 9.476.687,77), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6);

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 87.008,67
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 180.964,44
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	17,13%
4.2) Ensino	25,00%	33,40%
4.3) FUNDEB	60,00%	79,32%
	95,00%	98,54%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	46,75%
b) Poder Executivo	54,00%	41,67%
c) Poder Legislativo	6,00%	5,08%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Vargem**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências em relação ao apontado no Capítulo 8 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010 em face da obrigatoriedade de atendimento destes dispositivos legais a partir de maio de 2013;



II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 20/09/2012.

SCHIRLEY DA SILVA
Analista

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 20/09/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	488.610,87
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	121.115,67
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	609.726,54

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	233.386,69
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	243.984,88
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	8.179,37
Total das deduções das despesas com Educação Básica	485.550,94

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	18.594,14
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	18.594,14
Total das deduções das despesas com pessoal	18.594,14

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	701.194,70
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	7.020,60
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	10.352,50
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	697.862,80

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2011	301	123.456,52	123.456,52	120.757,11
64 - Atenção Básica	2011	301	58.097,32	58.097,32	58.097,32
66 - Vigilância em Saúde	2011	304	80,90	80,90	80,90
66 - Vigilância em Saúde	2011	305	3.401,38	3.401,38	3.401,38
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	301	16.929,47	16.603,97	2.300,23
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2011	301	250.295,28	250.295,28	250.295,28
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2011	301	36.350,00	36.350,00	36.350,00
TOTAL			488.610,87	488.285,37	471.282,22

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Vargem	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	69	31/01/2011	INSS - INST. NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	79.018,11	79.018,11	79.018,11	PELA AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS REF. EMPENHO ESTIMATIVO PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS Nº 61 A 72 DO PARCELAMENTO JUNTO AO INSS, CFE. APRESENTAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO GPS.
Fundo Municipal de Saúde de Vargem	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	329	01/06/2011	FAN COMUNICAÇÃO E EVENTOS	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF. A PAGAMENTO DE PUBLICIDADE LEGAL EM CAMPANHA INSTITUCIONAL.
Fundo Municipal de Saúde de Vargem	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	427	19/07/2011	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	723,58	723,58	723,58	PELA DESPESA EMPENHADA, A PAGAMENTO DE GUIA REF. A MULTA DO SISTEMA DE TRANSPORTE.
Fundo Municipal de Saúde de Vargem	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	636	30/11/2011	SEC. DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EST.	22.711,32	22.711,32	22.711,32	PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF.DEVOLUÇÃO DE VALOR UTILIZADO FORA DA VIGENCIA DO CONVÊNIO COM O ESTADO DE SC, CONVENIO Nº13.920/2010-3 DE 30/06/2010.
Fundo	02 - Receitas de	301	696	30/12/2011	INSS - INST. NACIONAL DO	8.996,87	8.996,87	8.996,87	PELA AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS REF.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Vargem	Impostos e Transf de impostos: Saúde				SEGURO SOCIAL				PAGAMENTO DA PARCELA Nº 71 DO PARCELAMENTO JUNTO AO INSS, CFE. APRESENTAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO GPS.
Fundo Municipal de Saúde de Vargem	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	697	30/12/2011	INSS - INST. NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	8.465,79	8.465,79	8.465,79	PELA AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS REF. PAGAMENTO DA PARCELA Nº 72 DO PARCELAMENTO JUNTO AO INSS, CFE. APRESENTAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO GPS.
TOTAL						121.115,67	121.115,67	121.115,67	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	365	233.386,69	233.386,69	233.386,69
TOTAIS			233.386,69	233.386,69	233.386,69

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
TOTAL						0,00	0,00	0,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	361	117.762,45	117.762,45	117.762,45
58 - Salário Educação	2011	361	64.464,48	64.464,48	62.594,48
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	361	1.062,96	1.062,96	1.062,96
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	60.694,99	60.694,99	60.694,99
TOTAL			243.984,88	243.984,88	242.114,88

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	411	20/04/2011	ADEMAR & FILHOS LTDA	357,80	357,80	357,80	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 08 PACOTES DE PIPOCA PEQUENA, 08 PACOTES DE PIRULITO, 12 PACOTES DE BALA, 16 PACOTES DE OVINHOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITAS A ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM COMEMORAÇÃO A PASCOA.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	444	20/04/2011	MERCADO GUIZONI	39,50	39,50	39,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 02 PACOTES DE PIRULITO, 04 PACOTES DE BALA, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	504	04/05/2011	DIARIA-CRISTIANE GIGLIOLI	450,00	450,00	450,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 3 DIARIA A PORTO ALEGRE PARTICIPAR DE CURSO SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	581	20/05/2011	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGO	84,00	84,00	84,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE AGUA PARA SEC. DE EDUCAÇÃO, COLEGIO MUNICIPAL E GINASIO DE ESPORTES, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	685	09/06/2011	MAIKO ANDLEKSON PUCCI DELFES	125,00	125,00	125,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE DESPESAS ALIMENTAÇÃO ATLETAS CME, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	686	09/06/2011	ANGELO BRUNO GIRARDI	175,00	175,00	175,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE SONORIZAÇÃO EM FESTA JUNINA DO COLEGIO MUNICIPAL, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	691	09/06/2011	TOPPE ESPORTES COM. DE MAT. ESPORT. LTDA	3.765,45	3.765,45	3.765,45	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTE ALBERTO ONEDA.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	926	31/08/2011	DIARIA-CRISTIANE MACHADO GIGLIOLI	262,50	262,50	262,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 1,75% DE DIARIA A FLORIANOPOLIS PARTICIPAR DE I ENCONTRO CATARINENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	987	16/09/2011	IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA	1.020,00	1.020,00	1.020,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE FAIXAS PARA DESFILE DO DIA 7 DE SETEMBRO, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1139	21/10/2011	GS BOLSAS LTDA	1.160,00	1.160,00	1.160,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 38 CONFECÇÕES DE BOLSAS PERSONALIZADAS PARA DISTRIBUIÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Vargem	de Impostos: Educação								GRATUITA A PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES, DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1186	21/10/2011	DIARIA-EDER NAZARIO	112,50	112,50	112,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE 0,75% DE DIARIA A FLORIANOPOLIS LEVAR ASSISTENTE SOCIAL E CARENTE DO MUNICPIO.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1438	30/12/2011	WMS SUERMERCADOS DO BR	399,40	399,40	0,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PAGAMENTO DE BOMBONS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM FESTIVIDADE DE ENCERRAMENTO DE ANO LETIVO.
Prefeitura Municipal de Vargem	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1459	30/12/2011	SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA	228,22	228,22	0,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. a pagamento de balas diversas,bombons,pirulitos para distribuiÇao gratuita a crianÇas da rede municipal de ensino.
TOTAL						8.179,37	8.179,37	7.551,75	